



OBSERVADOR RURAL

Nº 121

Fevereiro 2022

**INGREDIENTES PARA UMA REVOLTA JUVENIL
- POBREZA, SOCIEDADE DE CONSUMO E
EXPECTATIVAS FRUSTRADAS**

**João Feijó, Jerry Maquenzi
e Aleia Rachide Agy**

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

INGREDIENTES PARA UMA REVOLTA JUVENIL - POBREZA, SOCIEDADE DE CONSUMO E EXPECTATIVAS FRUSTRADAS

João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy¹

RESUMO

Este texto descreve as dificuldades de integração socioeconómica da juventude moçambicana, em geral, e do Nordeste de Cabo Delgado, em específico, explicando que a respectiva vulnerabilidade no acesso a serviços públicos de qualidade a coloca numa situação de desvantagem competitiva perante quadros oriundos de fora da região, num contexto de penetração agressiva do capital. Numa altura em que é expectável o regresso de milhares de deslocados aos seus locais de origem importa conferir particular importância ao investimento em serviços públicos para jovens, relacionados com educação e saúde, e apoio à criação de negócios, mas também institucionalização de espaços de participação social. A estabilização do Norte do país em termos de segurança encontra-se fortemente condicionada pela capacidade de criação de mecanismos de inclusão socioeconómica dos cidadãos, particularmente dos mais novos.

INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de 2010, no Norte de Cabo Delgado emergiu um grupo de jovens localmente designados de *machababos*. O conceito provém do prefixo *ma* (utilizado em muitas línguas bantu para designação de plural) e da palavra árabe *shabaab*, que designa juventude. Desde o início, o movimento foi designado como um grupo de jovens com interpretações radicais e violentas do Islão, com capacidade de recrutamento e aliciamento de outros jovens locais. Ao longo dos últimos anos foram surgindo múltiplas explicações para a origem do conflito, salientando, não só, o radicalismo religioso e com conexões internacionais, mas também, a pobreza e exclusão social, desigualdades socio-espaciais e históricos sentimentos de desprotecção, tensões étnicas e políticas e expectativas frustradas.

Ao longo deste texto propõe-se que este fenómeno merece ser enquadrado numa perspectiva mais alargada, relacionada com as condições socioeconómicas da juventude, em geral, e da África subsaariana e de Moçambique, em particular. Em países menos desenvolvidos, como os da região, verificaram-se, ao longo das últimas décadas, fenómenos de redução da mortalidade infantil, acompanhados pela manutenção de elevadas taxas de fecundidade², traduzindo-se num fenómeno conhecido por *youth bulge*, em que grande parte da população é composta por crianças e jovens. A proliferação de jovens cria uma enorme pressão sobre determinados serviços públicos, nomeadamente a educação e assistência materno-infantil, sobre o mercado de trabalho,

¹ Este texto é dedicado à colega Aleia Rachide Agy, a quem desejamos força e coragem para rápido regresso ao nosso convívio.

² As zonas rurais de Moçambique, em geral, e a província de Cabo Delgado, em específico, apresentam elevadas taxas de fecundidade. Em 2007, a taxa média de fecundidade nas zonas rurais em Moçambique era de 6 filhos por mulher, diminuindo para 5,5 em 2017, permanecendo das mais elevadas do mundo. Os valores médios nacionais diminuíram de 5,7 filhos por mulher, para 5,2 durante o mês período.

num mau ambiente de negócios³, elevados índices de desemprego e de informalização das actividades económicas. Nas zonas periurbanas e vilas sedes distritais verifica-se uma elevada concentração de jovens, com maiores níveis de escolarização que os seus progenitores e, portanto, com maiores expectativas sociais, que competem entre si por actividades mal pagas (vendedores informais, moto-táxi, pequenas oficinas, estivadores, garimpo, etc.) numa sociedade de consumo emergente. Apesar de representarem a maioria da população, trata-se de um grupo social com défices associativos, pouco ou nada representado nos centros de decisão política, com dificuldade de se organizar em grupos de pressão, capaz de apresentar as suas preocupações sociais.

Este texto tem como objectivo compreender as dificuldades de integração socioeconómica da juventude em Cabo Delgado. Trata-se de analisar as condições de acesso à educação, à saúde, mas também ao mercado de trabalho e ao emprego, às possibilidades de consumo, de acesso a habitação, energia e transporte e, por via dessas capacidades, de reprodução social. Argumenta-se que, num cenário de grande investimento internacional e de emergente sociedade de consumo, as dificuldades de integração socioeconómica das populações são geradoras de sentimentos de desprotecção do Estado e de grande insatisfação social. Perante a ausência de canais de participação social e défice associativo, onde os jovens se possam constituir em grupos organizados, com interlocutores que os representem nos órgãos de tomada de decisão, grupos populistas e violentos funcionam como válvula de escape para a tensão social.

1. CONCEITO DE JUVENTUDE E DINÂMICAS DE INTEGRAÇÃO EM CONTEXTOS DE CRISE

As categorias etárias não constituem um fenómeno natural, mas socialmente construído. A construção social do conceito de juventude constitui um fenómeno recente, remontando à modernidade e à revolução industrial. As exigências de formação técnica dos cidadãos e o necessário alargamento do ensino (que passou a adquirir um carácter obrigatório) formaram uma população estudantil, que se estendeu, nessa condição, por vários anos, acentuando um fosso entre gerações. A juventude passou a constituir uma situação social intermédia, entre a infância e a fase adulta marcada por uma certa instabilidade associada a problemas sociais específicos. Da interacção conjunta entre jovens, formam-se representações sociais, atitudes e modelos de conduta convergentes, criadores de uma cultura própria e de uma certa unidade social. Dessa condição social comum dinamizam-se interesses de geração, habilmente explorados (e manipulados), quer pela publicidade e pela sociedade de consumo, quer pelas diversas forças políticas em confronto (Pais, 1990). Contudo, esse apego à condição jovem (semelhante ao apego de classe) não se manifesta de forma idêntica para todos os jovens, traduzindo o carácter heterogéneo da juventude. Na verdade, a existência de diferentes trajectórias de classe, de grupos de pertença ou de referência, de condições de género ou raciais não nos permite falar de juventude, mas de juventudes, frequentemente em construção e transformação, em função das condições sociais. As definições de idade rígidas adoptadas por organismos internacionais⁴ não ajudam a compreender a juventude como um grupo socialmente construído.

³ Em 2020 Moçambique ocupava o lugar 138 (entre 190) países no ranking do Doing Business (WBG, 2020), descendo três lugares em relação ao ano anterior. Nas dimensões de análise de "abertura de um negócio", "acesso a crédito" e "protecção de investidores minoritários" e "cumprimentos de contratos", Moçambique aparecia em último lugar entre os países da região analisados.

⁴ As Nações Unidas definem de Juventude, a faixa etária entre os 15 e os 24 anos; a Commonwealth dos 15 aos 29 anos; a CPLP dos 15 aos 29 anos e a União Africana dos 15 aos 35 anos. Na República de Moçambique, define-se jovem como todo o indivíduo dos 15 aos 35 anos (MJD, 2015: 8).

A juventude nas sociedades africanas não deixa de ser influenciada pelas características socioeconómicas do continente, marcadas por heranças coloniais, por transições pós-coloniais turbulentas, pelos efeitos de Programas de Reajustamento Estrutural, pelos elevados índices de corrupção, pela fragilidade das infra-estruturas e do sistema de educação, elevadas taxas de desemprego e vulnerabilidade económica.

Na explicação das dificuldades de integração económica dos jovens vem sendo utilizado o conceito de *whait hood*, que resulta da combinação da palavra *wait* (espera) e do sufixo *hood* (condição ou período temporal). O conceito foi utilizado por Diane Singerman (2007: 38) e Navtej Dhillon e Tarique Yousef (2009: 5) nos seus trabalhos sobre a juventude no Médio Oriente e, posteriormente, replicado por Alcinda Honwana (2013) em vários países africanos, procurando descrever o processo de transição da adolescência para a vida adulta⁵. O termo reflecte o "*estado de limbo*" vivido pelos jovens, perante as dificuldades de integração no mercado de trabalho, de obtenção de rendimentos e, por essa via, possibilidade de consumo e de reprodução social, ou até de participação cívica. Incapazes de se tornarem economicamente independentes, os jovens adultos não são considerados adultos sociais, vivendo, involuntariamente, uma adolescência prolongada, que passa a constituir, na verdade, uma nova forma de ser adulto. O conceito é aplicável a todas as zonas do globo, ainda que seja mais evidente nos países onde se verificam fenómenos de *youth bulge*, acompanhados pela incapacidade do Estado de promoção de políticas públicas promotoras de emprego e inclusão económica.

Não obstante o conceito traduzir uma ideia de "*espera passiva*", o comportamento de muitos jovens expressa atitudes reactivas e de contestação, mesmo em contextos de ausência ou limitação de espaços formais de participação. Grande parte dos jovens apresentam-se dinâmicos e criativos na procura de alternativas, encontrando novas formas de sobrevivência e de interacção social, explorando oportunidades no comércio informal e pequenos biscates, em actividades ilegais, entre as quais o roubo, o tráfico ou o crime. Honwana (2013) identifica, um pouco por todo o continente, diversos conceitos utilizados para designar a exploração de oportunidades precárias e ausência de perspectivas de estabilidade laboral, como a expressão "*desenrasca*" (em Moçambique), o termo "*débrouillage*" ("*desenrolar*" usado no Senegal e na Tunísia) ou "*just getting by*" ("*vamo-nos safando*", na África do Sul). A urbanização acelerada foi acompanhada por fenómenos de desindustrialização, assim como pela emergência de sociedades pouco meritocratas, assentes na exploração de *boladas*⁶, retirando aos jovens garantias que o investimento na educação seja recompensado. Muitos jovens socorrem-se a empregos temporários que aparecem, grande parte das vezes, não relacionados com a sua formação. Perante a incerteza, diminuiu a capacidade de planeamento do futuro, pelo que grande parte da juventude periurbana ou de vilas sede distritais se concentra no presente e na sobrevivência quotidiana. Num cenário de reduzida rentabilidade da agricultura e de desagregação das sociedades (Bryceson, 1993:3), entre os jovens rurais verificam-se fenómenos de crescente pluriactividade, complementando a actividade agrícola com o comércio, exploração de recursos naturais (madeira, minerais, etc.) ou prestação de serviços, estabelecendo movimentos circulares com centros urbanos e vilas sede distritais (Farré, 2016; Feijó, 2017).

⁵ Honwana (2013: 32) identifica termos similares para descrever o homem adulto solteiro que vive com os pais e que não atingiu a idade adulta social, como a expressão *youthman* (utilizado na África Ocidental) ou o termo zulu *umngolo* (utilizado na África do Sul).

⁶ Na gíria popular moçambicana, uma *bolada* designa um golpe de sorte, uma oportunidade de prestação de um serviço bem pago, geralmente de curta duração, tanto no sector formal como informal da economia. A expressão *bolar* está inclusivamente definida no *Minidicionário de Moçambicanismos* (Dias, 2002: 67), que remete para "*Fazer, executar (...)* [ou] *vender*", como, por exemplo, "*Bolar um negócio*" ou "*bolou umas coisas*".

Apesar da deficiente qualidade de ensino e da dificuldade de integração profissional, os jovens actuais são hoje bem mais escolarizados que os seus progenitores, detendo um maior contacto com o mundo global. A penetração dos *media* sociais (telemóveis, internet, televisão, publicidade) ligam os jovens das suas micro-sociedades aos símbolos da cultura global (dos quais se tornam consumidores entusiastas), contrastando com as dificuldades de acesso a recursos básicos, promovendo tensões sociais. Estudos pós-coloniais vêm demonstrando como, através da música, das TIC ou das redes sociais (Israel, 2014; Siteo, 2018), os jovens vêm apresentando os seus problemas sociais, exercendo pressão e confrontando o *status quo*.

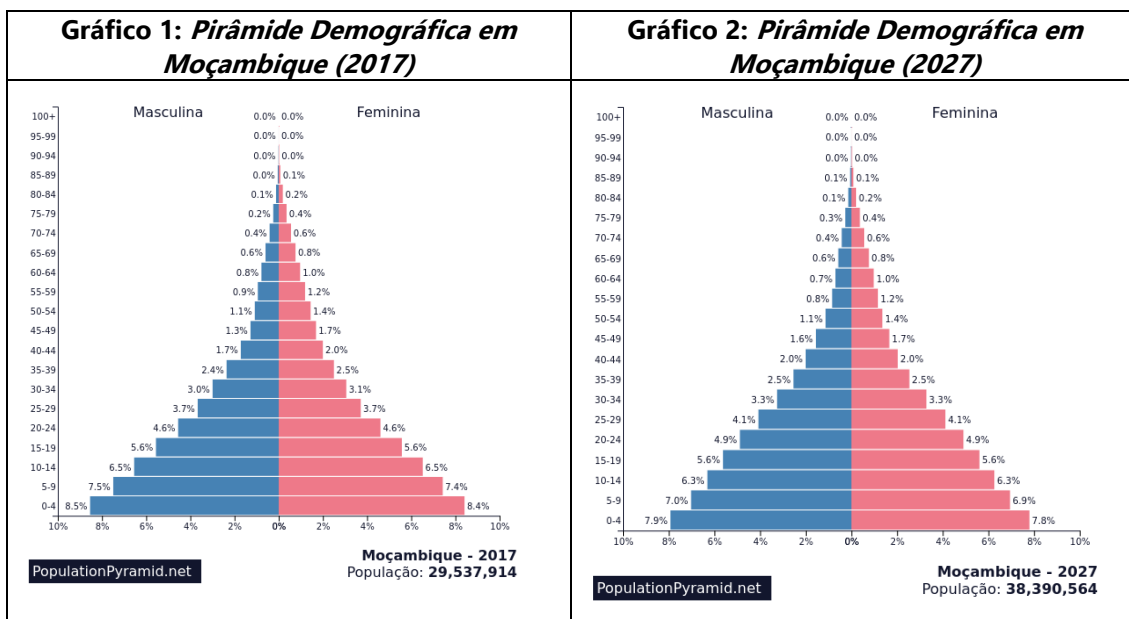
Esta condição social acaba por ter impacto nas relações de género e na própria estrutura da família. A capacidade da mulher alcançar o estatuto social está dependente da capacidade do homem ultrapassar o estado de *whaithood* (Singerman, 2007; Honwana, 2013), pelo que muitas jovens se envolvem com homens casados, atraídas por objectivos materiais (Balane, 2021). A dificuldade dos homens em encontrar emprego e sustentar as respectivas famílias acaba por ter impacto, não só, nas identidades de género, mas, também, na própria estabilidade do grupo conjugal⁷, traduzindo-se em separações e famílias divididas, coabitação com progenitores, filhos criados por tios e avós ou na maior pressão sobre as mulheres para encontrarem meios de subsistência para criarem os seus filhos⁸.

Toda esta problemática assume uma maior dimensão se tivermos em consideração o fenómeno de *youth bulge*, experimentado em muitas realidades da África subsaariana. O termo é utilizado para designar o processo de diminuição de taxas de mortalidade, acompanhado pela persistência de elevadas taxas de natalidade, contribuindo para o rejuvenescimento da pirâmide demográfica.

Os gráficos 1 e 2 descrevem a pirâmide demográfica moçambicana, ilustrando o carácter bastante jovem da mesma: em 2017, 56% da população moçambicana tinha menos de 20 anos. A enorme base da pirâmide demográfica exerce uma profunda pressão sobre os sistemas educativos e de saúde materno-infantil, aumentando as dificuldades do Estado em desenvolver serviços públicos de qualidade, competitivos e capazes de responder às exigências do mercado de emprego.

⁷ O trabalho migratório para a África do Sul ou o *chibalo* já haviam exercido um impacto sobre a família africana. Desde finais do séc. XIX que centenas de milhares de jovens se deslocaram para grandes plantações, para zonas industriais ou para grandes cidades, enquanto mulheres e crianças permaneciam nas zonas rurais (CEA, 1998). Contudo, separações provocadas pelo desemprego, pobreza, alcoolismo, HIV ou criminalidade, atingem actualmente, níveis inéditos, chegando a afectar, na África do Sul, quase metade do universo infantil do país (Honwana, 2013:38).

⁸ O alargamento da escolaridade, a emergente sociedade de consumo e a carestia do nível de vida, assim como a maior exposição ao mundo moderno, constituem outros factores responsáveis pela inserção de muitas mulheres no mercado de trabalho, inclusivamente integradas em políticas de igualdade de género.



Ligeiras diminuições da taxa de fecundidade (sobretudo no seio da população urbana) começam a provocar ligeiras alterações na pirâmide demográfica. As projecções de crescimento apontam para que a faixa etária entre os 20 e os 29 anos venha a aumentar, quer em percentagem quer, sobretudo, em termos absolutos, esperando-se que atinja 6,9 milhões de indivíduos em 2027, aumentando o desafio de criação de empregos e de inclusão económica.

2. METODOLOGIA

Para satisfazer os objectivos de compreender as dificuldades de integração socioeconómica da juventude em Cabo Delgado, procurou-se recolher discursos de jovens sobre os respectivos problemas e vivências, representações dos seus problemas, conferindo voz a quem não dispõe de muitos espaços de participação. Na prossecução deste objectivo foram entrevistados 82 indivíduos residentes no município de Pemba, nos distritos de Montepuez, Nangade, Macomia, Mocimboa da Praia e Muidumbe. A escolha destes locais explica-se pelo facto de estarem inseridos nas zonas do conflito ou de serem marcados por grande incerteza, mas também por traduzirem a diversidade etnolinguística da região. As entrevistas foram realizadas nas línguas maternas dos indivíduos, nomeadamente, Maconde (37), Macua (31), Mwani (13) e Português (1). Como forma de colher diferentes sensibilidades sobre as dificuldades de integração socioeconómica da juventude em Cabo Delgado, foram entrevistados jovens residentes em zonas rurais (31) e urbanas (51), homens (52) e mulheres (30). A maioria dos entrevistados são jovens com idades compreendidas entre 21 e 30 anos (48), a que acrescem 6 entrevistados entre os 17 e os 20 anos e 28 com idades entre 31 e 40 anos. A escolaridade dos entrevistados é relativamente superior à média da província, constatando-se que apenas 7 são analfabetos, 29 entrevistados (mais de um terço) têm a 7ª classe, 11 a 10ª classe, 20 a 12ª classe e 8 frequentaram ou concluíram o nível superior. A amostra foi constituída por conveniência, em função da disponibilidade dos entrevistados, procurando-se que fosse representativa da diversidade social existente na região. Para tal, procurou-se diversificar os indivíduos em termos de zona de residência, sexo, idade, língua materna e nível de escolaridade. A amostra aparece descrita na tabela 1.

Tabela 1: Descrição sociodemográfica da amostra

Descrição do Perfil		Distrito do Entrevistado						Sub-Total	TOTAL
		Mocímboa da Praia	Muidumbe	Macomia	Montepuez	Nangade	Pemba		
Zona de Residência	Rural	1	5	1	4	20	0	31	82
	Urbano	15	0	0	15	0	21	51	
Sexo	Masculino	9	5	0	11	10	17	52	82
	Feminino	7	0	1	8	10	4	30	
Idade	17 - 20	0	2	1	1	2	0	6	82
	21 - 30	6	3	0	18	18	3	48	
	31 - 40	10	0	0	0	0	18	28	
Língua Materna	Makonde	11	5	0	3	18	0	37	82
	Makua	1	0	0	15	2	13	31	
	Mwani	4	0	1	0	0	8	13	
	Português	0	0	0	1	0	0	1	
Nível de Escolaridade	Analfabeta	3	2	0	1	1	0	7	82
	Até 5ª Classe	0	0	0	0	6	0	6	
	Até 7ª Classe	3	1	1	2	5	17	29	
	Até 10ª Classe	4	1	0	2	3	1	11	
	Até 12ª Classe	6	1	0	7	5	1	20	
	Ensino Técnico	0	0	0	1	0	0	1	
	Superior	0	0	0	6	0	2	8	

As entrevistas foram realizadas, ao longo do ano de 2020, por jovens residentes nos respectivos distritos e falantes de línguas locais, a quem coube a tarefa de identificar jovens para entrevistar.

Ainda que se tenha atribuído aos entrevistadores o intervalo demográfico de 15 a 35 anos (em vigor em Moçambique para designar grupos de "jovens"), durante a análise dos dados foram identificadas três situações em que os entrevistados tinham idades compreendidas entre os entre 37 e os 39 anos. Pelo facto de terem sido considerados "jovens" pelos jovens entrevistadores locais, optou-se por manter os indivíduos na amostra. Com o consentimento dos interlocutores, as entrevistas foram gravadas em áudio, transcritas para texto e traduzidas para português.

Complementarmente, em Abril de 2021 foram realizadas entrevistas a diversos representantes dos sectores da saúde e educação, quer a nível provincial, quer a nível distrital, Nos distritos de Pemba, Montepuez, Metuge, Mecúfi e Chiúre foram entrevistados professores, médicos, enfermeiros, directores distritais dos Serviços Distritais da Saúde Mulher e Acção Social, assim como dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Desportos. As entrevistas foram acompanhadas com observações no terreno, nomeadamente nos mercados informais, com o

objectivo de observação de actividades económicas, e escolas e unidades hospitalares, com vista a aferir a qualidade de serviços públicos (tamanho das turmas, salas de aula, tempos de espera, número de utentes, condições das infra-estruturas, pessoal de serviço, entre outros).

Paralelamente, foram utilizados dados secundários, recolhidos dos relatórios distritais de 2019 e 2020 (que estiveram disponíveis⁹), nomeadamente, Plano Económico Social e Orçamento Distrital (PESOD) e relatórios anuais dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) e Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS).

As dimensões analisadas de integração socioeconómica prendem-se com o acesso à educação, à saúde, terra e habitação, energia, transporte, emprego, rendimento e consumo. As dimensões analisadas integram-se no conceito de pobreza multidimensional (educação, saúde, habitação, energia e acesso a bens duráveis) e de pobreza de rendimento. A inclusão da dimensão transporte justifica-se pela importância da mobilidade geográfica para acesso a serviços públicos, geração de rendimentos e inclusão socioeconómica.

3. DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA JUVENTUDE EM CABO DELGADO

3.1. O acesso à educação

Os problemas no sector da educação são comuns em quase todas as províncias do país, sobretudo no meio rural. Se na capital do país e principais centros urbanos emergem inúmeras escolas privadas e internacionais, no meio rural a única alternativa são as escolas públicas precárias, grande parte sem salas de aula e mobiliário, com elevados rácios de aluno por professor. Cabo Delgado não constitui excepção. Em 2019, registava-se um elevado défice de carteiras em distritos como Montepuez (3898), Nangade (1217) e Cidade de Pemba (1272). O rácio de aluno por professor no ensino primário atingia, em alguns distritos, 74 alunos por professor, chegando a 84 alunos por professor no ensino secundário. O crescimento quantitativo do número de matrículas escolares¹⁰ foi acompanhado por graves problemas de qualidade do ensino. No terreno constata-se professores desmotivados e com dificuldades ao nível da escrita, da leitura, do cálculo matemático, planeamento e execução pedagógica; reduzida ou nula inspecção escolar por parte dos serviços de educação provinciais e distritais (demasiado centralizados e com escassos recursos humanos, técnicos e financeiros para deslocações ao terreno); pela instituição de um sistema de progressão semi-automática (que reduz o investimento na avaliação da aprendizagem e desestimula o esforço pela aprendizagem); pelo reduzido acompanhamento das crianças pelos encarregados de educação, já marcados pelo analfabetismo. Todos estes factores concorrem para baixos níveis de aprendizagem por parte das crianças, baixos níveis de proficiência na língua portuguesa no final da 5ª classe, deficiências de leitura e no cálculo matemático, conforme demonstrado em relatórios internacionais (Kellaghan, *et al.*, 2009: 113-115; Macatane, 2013: 20). Os relatos dos entrevistados denunciam o reduzido

⁹ A insegurança militar e destruição de várias vilas sede distritais traduziu-se no abandono da administração do Estado, o que se traduziu na respectiva incapacidade de produção de documentos e relatórios estatísticos com indicadores de desenvolvimento económico e social.

¹⁰ No distrito de Montepuez, o número de alunos aumentou de 64.047 alunos, em 2019, para 69.836 alunos, em 2020. Na cidade de Pemba, o número de alunos aumentou de 72.759 para 84.385 alunos, em 2019 e 2020, respectivamente (GDM, 2019; 2020; GDP, 2019; 2020).

investimento público no sistema educativo, fortemente dependente das contribuições das famílias, assim como a desmotivação e corrupção do corpo docente, localmente designado de “esfomeado” e com um comportamento oportunista e promíscuo. Não obstante, o professor é também representado como vítima de um sistema que negligencia os serviços de educação:

- “[...] *É o governo que faz isso acontecer; todos dias o governo pede apoio e é apoiado [para a construção de salas de aulas]. Nós, as pessoas de Cabo Delgado, não conseguimos ver para onde vai esse apoio; acho que [a população] do Sul consegue ver, como lá é na cabeça*” (Masculino, Makua, Urbano, Pemba).

- “[...] *essa coisa de se pagar [ao professor] está a aumentar; o que faz piorar é que os professores vão à escola com fome. Quando chegam na escola, apenas sentam e os alunos não estudam, e, como os professores vão com fome, dizem aos alunos ‘para passar de classe tens que tirar tanto’ e o aluno entrega*” (Feminino, Mwan, Urbano, Pemba);

- “*Quando és uma mulher, ele diz ‘se tu quiseres passar, namora comigo’. Se gostar de ti, ele pede-te em namoro; se não gostar, pede-te dinheiro, dizendo ‘peço dinheiro para poderes passar’. Aos homens, ele só pede dinheiro [...]*” (Feminino, Maconde, 20 anos, Rural, Nangade, 12ª classe, Desempregada).

- “*É o que tem mais, corrupção em dinheiro, ou sexo, nas miúdas. Os professores dizem ‘você não passa de classe sem fazer sexo comigo’ ou ‘você não passa de classe sem me dar dinheiro’; então, isso acontece muito mais aqui, nesses distritos que estamos em Cabo Delgado*” (Feminino, Makua, 22 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Camponesa).

Para além da baixa qualidade do ensino, um outro problema prende-se com o abandono escolar. Em várias escolas analisadas no Sul da província constatou-se que apenas cerca de um terço dos estudantes matriculados na 1ª classe completam o primeiro ciclo do ensino primário. O aumento da procura internacional por madeira e pedras preciosas desviou muitos jovens para actividades furtivas, possibilitando a geração de rendimentos económicos incertos mas, por vezes, avultados. Entre a juventude local os modelos de referência emergentes passam a constituir jovens afortunados, que fizeram sucesso na extracção de pedras preciosas, em prejuízo do investimento escolar. Nas zonas da costa, jovens rapazes tendem a enveredar, desde tenra idade, por actividades económicas que conferem um rápido retorno monetário, como a pesca e o comércio, como forma de alívio imediato de situações de pobreza:

- “*como actualmente temos pedras preciosas [...] muitos alunos abandonam a escola e vão ao garimpo, alguns tencionam comprar alguma coisa, alguns [...] vêem um amigo que já tem uma motorizada; então, é o que eles sempre querem ter [...] Muitos alunos já não se interessam nos estudos. Os que estudam são poucos e o fazem porque são obrigados com os seus pais*” (Masculino, Makua, 26 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Comerciante);

- “*Os que têm mais dificuldades bem podemos ver para os mwanis. Isso tem a ver com a própria educação que eles têm; eles têm mais dificuldades; eles crescem aprendendo que a vida é feita através de negócios da pesca; então, eles crescem mais assim e, quando eles chegam num nível um pouco mais assim, para pensar em estudar fica difícil; então, para eles o ensino dá uma complicação através da própria educação, da própria convivência da família*” (Feminino, Maconde, 27 anos, Urbano, Montepuez, Licenciado, Estudante);

- *“Alguns, como nós [mwanis], logo na 1ª classe, não víamos os ganhos; então, seguíamos a mãe até no Messalo, para cultivar a terra. Mesmo considerávamos a escola como retrocesso porque, mesmo estudando, não víamos como ter emprego por via escolar. [...] desconsideramos a escola a favor da pescaria e apanha de caranguejos para venda e lucros imediatos. Eles não tinham exemplos de referência, de ganhos provenientes da escola dos outros jovens”* (Masculino, Mwani, 34 anos, Rural, Mocímboa da Praia, Analfabeto, Camponês).

Perante o reduzido investimento no ensino público e como forma de manutenção da identidade cultural, durante décadas, a população da costa encontrou nas madraças uma alternativa à educação formal. Por outro lado, a importância social conferida ao *arussi* (casamento com virgindade) continua responsável por casamentos prematuros e pelo abandono precoce da escola por parte de jovens raparigas¹¹. Na última década, assistiu-se a um alargamento da oferta educativa do nível primário e secundário por muitas zonas da costa. Contudo, grande parte dos professores, sobretudo do nível secundário, não são oriundos dos grupos etnolinguísticos da costa, retirando aos jovens locais modelos de referência que os incentivem a investir na educação.

As dificuldades de acesso ao ensino tornam-se mais evidentes nos níveis secundário e superior. As distâncias em relação aos centros de ensino e a falta de condições financeiras (para pagamento de matrículas e material escolar, transporte ou alojamento) surgem como os principais impedimentos para os jovens rurais. Neste cenário, muitos jovens encontram-se impedidos de progredir nos seus estudos, dificultando a sua integração no sector moderno da economia:

- *“As dificuldades são enormes; inicialmente, havia problema da pobreza, muitas famílias não tinham dinheiro para levar os filhos para escola. Pior agora, que uma criança é obrigada a [se] fazer à sala de aulas com uniforme [...] Outra coisa que se relaciona com a falta de dinheiro: uma criança pode terminar a 7ª classe e a possibilidade de pagar matrículas não existe, porque pode encontrar um pai com 10 filhos”* (Masculino, Maconde, 29 anos, Rural, Nangade, 5ª classe, Camponês);

- *“A Universidade é dinheiro, [...] tu próprio, quando te olhas, não tens atrás nem a frente, por mais que sejas aprovado à universidade para estudar é preciso que tenhas emprego; com falta de fundos não entras na Universidade. Por isso, muitos desistiram e todos estão aqui na praia a pescar, grandes estudiosos com as suas 12ª classes; estão todos a beber a água salgada”*. (Feminino, Mwani, 29 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 9ª classe, Desempregada).

Os problemas de acesso à educação agravaram-se com o início da insurgência armada e com o COVID 19. A destruição de inúmeras escolas nas zonas da costa, a fuga de professores (geralmente as principais vítimas dos grupos armados) e o aumento das necessidades de sobrevivência foram responsáveis pela paralisação generalizada do ensino no Nordeste de Cabo Delgado (Matias, 2020) e por um movimento migratório para Sul da província, saturando o seu parque escolar. Acrescem as restrições provocadas pelo COVID 19 que prejudicaram seriamente os anos lectivos de 2020 e de 2021.

¹¹ Não obstante poder ser entendido como uma estratégia das adolescentes escaparem ao controlo familiar, ainda que reveladora de uma construção identitária subalterna, os casamentos prematuros são também utilizados para explicar elevadas taxas de abandono escolar feminino. Inclusivamente, são entendidos como uma prática conducente à exclusão do exercício de direitos humanos, com impacto sobre a gravidez precoce e risco de fistulas obstétricas. Sobre a influência dos casamentos prematuros no abandono escolar em Moçambique veja-se Osório e Macuácuca (2013), César *et al.* (2014) ou Chauma e Alves (2020).

3.2. As condições de saúde

Não obstante o investimento público realizado no sector da saúde, alargando a rede sanitária, no terreno persiste a insuficiência de quadros médicos¹², de equipamentos para análises clínicas e de medicamentos. Os discursos dos jovens entrevistados salientaram, sobretudo, dois aspectos. Em primeiro lugar, destacaram os problemas de profissionalismo, laxismo, falta de sensibilidade e indelicadeza do quadro médico para com os pacientes, traduzidos na morosidade do atendimento. Sobre os quadros da saúde alega-se que cobram valores indevidos à população e que desviam medicamentos, posteriormente encontrados à venda nos mercados informais¹³:

- “[...] só [vai ao posto de saúde] para marcar presença. O médico, quando chega no hospital, olha para os que estão na sala de espera; primeiro ginga para os pacientes e querem que lhes peçam favores. Para ser atendido, deve-lhe chamar num canto e dar-lhe crédito. É normal ir de manhã e voltar dia seguinte somente por causa de dores de barriga” (Masculino, Mwani, Urbano, Pemba);

- “Porque os próprios trabalhadores, às vezes, quando entendem, começam a trabalhar às 9h ou às 10h. Às vezes, o doente morre nas mãos dos familiares, por não cuidarem dele” (Feminino, Maconde, 24 anos, Rural, Nangade, 10ª classe, Activista social);

- “Hospital de Nangade não funciona [...] porque uma pessoa, quando vai e fica na bicha, verifica-se que os trabalhadores não se importam com o doente” (Feminino, Makua, 30 anos, Rural, Nangade, 10ª classe, Camponesa);

- “[...] os enfermeiros nos desprezam muito; desprezam-nos tanto quando chegamos lá doentes. Eles não te ligam, zangam para ti, em vez de te acarinharem; eles começam logo a te zangarem. Te zangam sem ter feito nada” (Feminino, Maconde, 27 anos, Rural, Nangade, 5ª classe, Camponesa).

¹² De acordo com os relatórios do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito, em 2019, alguns distritos da província (Montepuez, Mocímboa da Praia, Namuno, Nangade e Metuge) apresentavam um rácio de médico por habitante muito superior ao estipulado pela Organização Mundial da Saúde (um médico por 10 mil habitantes), variando entre um médico para 61.986 habitantes (em Mocímboa da Praia) e um médico por 136.557 habitantes (em Namuno). Observações em hospitais e centros de saúde em Pemba e Montepuez permitem constatar a existência de largas dezenas de pacientes e reduzido pessoal médico, traduzindo-se em longas filas de espera.

¹³ Um pouco por toda a província, com menos evidência na cidade de Pemba, foram relatados fenómenos de venda de medicamentos nos mercados informais, adquiridos junto de técnicos afectos aos serviços distritais da saúde, desviados das unidades sanitárias. Após o início do conflito armado e com o receio que os medicamentos fossem desviados para apoio ao grupo de insurgentes, o controlo destes produtos passou a ser mais efectivo. Esta realidade está em consonância com estudos verificados noutras zonas do país (Mosse e Cortez, 2006), onde foram identificadas situações de suborno, roubo de medicamentos e equipamento, fragilidades no *procurement* e ausência de inspecção.

Em segundo lugar, foi destacada a falta de recursos humanos (médicos, enfermeiros e técnicos de análises clínicas), assim como de equipamento hospitalar e medicamentos:

- *"O médico do meu hospital não tem equipamentos de trabalho; digo assim, porque, nem mesmo instrumentos que usam para operar alguém, não tem. Quer dizer, todos aqueles instrumentos e materiais importantes para poder salvar vidas, não têm"* (Feminino, Makua, 30 anos, Rural, Nangade, 10ª classe, Camponesa);

- *"Quando tu chegas lá e dizes que estás doente, te perguntam onde te dói [...] Eles só pegam nos medicamentos e te dão. Não te fazem análises clínicas. Agora, dizerem que querem melhorar a saúde da população, não é verdade"* (Masculino, Makonde, 35 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 12ª classe, Desempregada);

- *"[...] de corona vírus (...) nem nos fazem testes. Outros hospitais, como de Mueda, testam e nós, cá em Muidumbe, não. Você, quando chega lá e diz que está com dor de cabeça, te dão o mesmo medicamento. Quando diz, estou com malária dão os mesmos medicamentos"* (Masculino, Maconde, 30 anos, Rural, Muidumbe, Analfabeto, Camponês).

A situação agravou-se após o conflito armado, em virtude da destruição e pilhagem de unidades hospitalares e fuga de quadros médicos. Os deslocamentos populacionais em virtude do conflito foram responsáveis pela saturação do sistema de saúde no Sul da província, socorrida largamente por organizações humanitárias internacionais. Não faltam acusações sobre desvio, por parte do pessoal de saúde, de medicamentos dos hospitais ou relatos de assaltos de veículos de transporte de material médico, protagonizados pelos *machababos*¹⁴:

- *"actualmente, devido à situação de guerra que vivemos, nenhum dos hospitais está a se trabalhar. Quando tu adoeces, agora, tens de arranjar sua maneira de se tratar"* (Masculino, Maconde, 21 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 12ª classe, Desempregado);

- *"mas, depois desses amigos terem entrado no mato, [...] até medicamentos nos hospitais está a dar falta, porque os mesmos estão sempre em movimento. Mas aqui, na sede, ainda não entraram. Mas são confusos. Quando vêem que este carro vai a Nangade com medicamentos, eles assaltam para puderem usar lá no mato"* (Masculino, Maconde, 26 anos, Rural, Nangade, 5ª classe, Desempregado).

3.3. Acesso a terra e habitação

Elevadas taxas de desemprego, uma economia largamente informal, baixos salários reais, falta de apoios públicos e de capital exercem um profundo impacto no sector da habitação, geralmente resolvido por recurso à autoconstrução (sobretudo nas zonas rurais e periurbanas), por intermédio de materiais naturais (vegetais e lenhosos, e terra). Acrescem as dificuldades técnicas e financeiras dos municípios de expansão de infra-estruturas para autoconstrução com segurança de posse da terra.

Em termos de acesso a terrenos e a habitação, os relatos dos entrevistados variaram em função da zona de residência dos entrevistados. Os jovens residentes nas zonas urbanas apresentaram

¹⁴ Entrevistas realizadas a mulheres raptadas permitem constatar que um dos alvos preferenciais dos *machababos* são profissionais da saúde (que, geralmente, são raptados e alistados nas fileiras dos rebeldes), assim como armazéns de medicamentos (Feijó, 2021).

as maiores dificuldades. A densificação populacional, o desenvolvimento de um mercado de terras, com preços particularmente inflacionados, sobretudo na sequência do grande investimento estrangeiro, dificultam o acesso a terrenos de construção e a saída da casa dos pais. A alternativa consiste na densificação populacional nas zonas mais próximas dos centros da cidade ou na procura de terrenos em áreas mais distantes dos centros urbanos, carentes de infra-estruturas e serviços públicos, nomeadamente estradas, transportes, estabelecimentos de educação e de saúde. Como referia um jovem makua de Montepuez "(...) *muitas pessoas não querem sair daqui para ir viver na Marmonte ou Narió; muitos querem viver na cidade. Por isso, fica difícil, nós próprios é que dificultamos*" (Masculino, Makua, 28 anos, Urbana, Montepuez, Analfabeto, Biscateiro). Nos maiores centros urbanos, as dificuldades de entrada na vida activa e de aquisição de terreno para construção, traduzem-se no prolongamento da residência em casa dos familiares, em estreita relação de dependência, potenciando tensões e conflitos familiares:

- "*Se uma criança cresce, o seu pensamento também muda; quando cresce e continua vivendo em casa dos seus pais, aí nascem problemas, [...] porque ele já pensa em ter uma amiga, andar à hora que ele quer. Vivendo com os seus pais, ele pode ser sujeito a limitação de horas de saída; então, aquilo traz problemas*" (Feminino, Makua, 30 anos, Rural, Nangade, 10ª classe, Camponesa);

- "*Como vai fazer, acaba vivendo talvez no seio dos seus familiares que já têm um terreno, uma casa; acabam se infiltrando lá e continuam sendo pessoas que não são por si só, que não se mandam. Acabam sendo mandadas, enquanto já têm uma idade para que sejam responsáveis por si só. Mas, por causa de algumas dificuldades, acabam continuando ainda no seio dos seus familiares*" (Feminino, Makua, 24 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Professora).

À semelhança de outras zonas urbanas do país (Nielsen, 2011), nas zonas municipais da província de Cabo Delgado, marcadas pela indisponibilidade de materiais vegetais (estacas, capim, caniço, bambu, matope), a construção de habitação constitui um processo lento e inacabado, condicionado à realização de biscates irregulares ou à obtenção de apoios familiares, para aquisição de materiais de construção:

- "[...] *a maioria das pessoas vendem os terrenos; nem todos têm acesso ao terreno, [...] [sobretudo] os jovens que não têm dinheiro ou que não conseguem facilmente dinheiro para construírem; [os jovens] têm dificuldades em construir devido à falta de dinheiro [...]*" (Feminino, Makua, 24 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Professora);

- "[...] *são jovens, maioritariamente sem emprego; então, acabam fazendo talvez um biscate para conseguir um valor, para que possam já construir. Então, se, por acaso, não tenha algo para fazer, já fica difícil para construir; por isso, acabamos vendo muitos jovens sem tecto*" (Feminino, Makua, 24 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Professora);

- "[...] *vou aos meus pais pedir apoio, eles vão-me ajudar, ou vou pedir qualquer outro familiar e depois vou construir*" (Masculino, Maconde, 26 anos, Rural, Nangade, 5ª classe, Desempregado).

Nas zonas rurais, de menor densidade populacional e maior presença florestal, ainda que em condições precárias, a construção das habitações é facilitada pela maior possibilidade de acesso a material vegetal. A situação inverteu-se com o aumento da insegurança, tornando-se arriscada

a procura de estacas para construção. O medo constante de ataques e a constante necessidade de fuga reflectiram-se nas capacidades de construção e manutenção de habitações:

- “[...] *para construírem, [os jovens] usam materiais precários. Estamos a falar de bambus, paus, o capim, que não precisa de comprar. Por exemplo, os pais vão ao mato, cortam paus, bambus. As mães também entram nas matas, cortam capim; assim, ajudam os filhos a construírem*” (Feminino, Makua, 30 anos, Urbano, Montepuez, 12^a classe, Camponesa);
- *“Existem problemas para a construção porque não existem estacas. É perigoso ir ao mato devido ao medo. Para construir, é preciso cortar paus e, no mato, já não se entra face ao medo que se tem das pessoas chamadas alshabaab”* (Feminino, Mwani, 20 anos, Rural, Macomia, 6^a classe, Camponesa);
- “[...] *Na situação actual, para construir ou ter uma ocupação, não há tempo porque todos devemos fugir constantemente com medo*” (Masculino, Mwani, 34 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 7^a classe, Socorrista).

3.4. Acesso a energia

Não obstante os esforços de electrificação verificados ao longo da última década, a realidade é que o acesso a energia da EDM continua sobretudo apanágio das zonas municipais¹⁵ ou vilas sede distritais. Na maior parte do território, o acesso a energia só é possível com recurso a lanternas e sistemas de painel solar. Nos locais de acesso à energia da EDM, os relatos dos entrevistados enfatizam os elevados custos de instalação e de consumo, assim como cobranças ilícitas dos técnicos da empresa pública. Num cenário de grande oportunismo, as estratégias encontradas relacionam-se com ligações clandestinas de energia, em prejuízo da EDM e da qualidade da rede:

- *“Eu, no início, disse que nestes sítios há sempre corrupção [...] E ali eles queriam por contrato 3.500 meticais; mas dentro dos 3.500 eles cobravam mais dinheiro. [...] até vir a pagar 10.000 meticais. [...] Até que, dentro daquele 10.000, podes não apanhar aquela energia, eles comerem o dinheiro e tu andares atrás deles e até ficares cansado e não ter a energia na sua casa. Por causa de corrupção”* (Masculino, Makua, 37 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 6^a classe, Camponês);
- *“Aqui, para ter acesso a energia, é difícil. Porque o escritório da EDM encontra-se na Cidade de Montepuez e daqui para lá são 40 km [...] Muitos jovens roubam, alguns saem com os seus 400 meticais compram fios e sobem no poste de energia e fazem ligações clandestinas. E, quando chegam os técnicos da EDM, cortam as ligações clandestinas e, posteriormente, os clientes clandestinos subornam os técnicos e voltam a reestabelecer a energia”.* (Masculino, Makua, 26 anos, Rural, Montepuez, 12^a classe, Comerciante).

¹⁵ Dados do Censo 2017 mostram que a maior percentagem de acesso a energia da Electricidade de Moçambique (EDM) se regista nas zonas municipais, nomeadamente na Cidade de Pemba (71,4%), Montepuez (35,4%), Ibo (34,7%) e Mocímboa da Praia (17,8%). Inversamente, 13 dos 58 postos administrativos existentes na província de Cabo Delgado ainda não beneficiam de energia da EDM.

Pela possibilidade de utilização de sistemas de refrigeração e de geração de negócios de venda de produtos alimentares, de acesso a iluminação (permitindo a realização de outras actividades) e à informação (rádio e televisão), o acesso a energia constitui um claro indicador de diferenciação social, tornando-se, portanto, um serviço bastante valorizado:

- "Alguém que tem energia em sua casa, ele procura congelador e coloca na sua casa e aquilo ajuda para muitas coisas. Põe água para as pessoas comprarem e também pode conservar peixe ou outra coisa. Faz Maheu e coloca lá; qualquer coisa de negócio coloca ali para poder conseguir comprar caril. Por isso, aquilo traz inúmeros benefícios na sociedade. E também a pessoa recebe notícias. Quando alguém tem energia automaticamente arranja uma TV, assiste e fica a par de tudo que acontece todos os dias no mundo. Então, estas coisas é que trazem rendimentos na sociedade devido a esta energia" (Masculino, Maconde, 35 anos, Urbano, Mocimboa da Praia, 12ª classe, Desempregada).

3.5. Acesso e disponibilidade de transporte

Estudos sobre os serviços de transporte em contextos rurais moçambicanos (Dadá, 2018; Ibraimo e Feijó, 2018) identificaram um conjunto de problemas relacionados com os elevados custos das tarifas, com a escassez de operadores, irregularidade, imprevisibilidade e oportunismo dos motoristas, mau estado das vias, insegurança do transporte e desregulação do sector. As dificuldades de transporte no meio rural têm impactos no acesso aos serviços públicos e aos mercados, agravando o isolamento das populações. Como no restante país, a disponibilidade de transporte em Cabo Delgado constitui um dos grandes problemas da população. A partir da década de 2010, o envolvimento de dezenas de milhares de jovens em actividades de exploração de madeira e de pedras preciosas permitiu a aquisição de inúmeros veículos motorizados, assistindo-se a um aumento generalizado de motorizadas e veículos de transporte, dinamizando trocas comerciais. Pela mobilidade que permite a médias distâncias e possibilidade de transportes de pessoas e bens, a motorizada adquiriu um elevado valor social, num cenário em que os transportes públicos são caracterizados pela irregularidade, incerteza e insegurança:

- "Em termos de transporte, nós vivemos num distrito em que nós não temos transportes interurbanos; nós só podemos depender das motorizadas, vulgo táxi-mota, que nem sempre vão ao encontro daquilo que são as nossas capacidades. Então, em algum momento precisamos; nas cidades deslocamos a pé por causa dos custos. A realidade é essa. Só para sair de um distrito para outro ou em distâncias longas é que temos os transportes públicos" (Masculino, Makua, 29 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Técnico de medicina preventiva);

No distrito de Montepuez, a mobilidade dos jovens foi fortemente afectada pelas acções de fiscalização das actividades dos mineradores artesanais, com profundos impactos na respectiva capacidade de geração de rendimentos:

- "Nós, os jovens, quando analisamos a questão dos transportes; acho que a dificuldade reside pelo facto de termos essas pedras preciosas, já que aumentou o número de pessoas cá na aldeia. Tem muita gente, tem vários tipos de negócios actualmente. Os transportadores também fazem chapas como o seu negócio. Daí, eles aumentam os preços de transporte para ganhar uma boa margem de lucro. Quando eles aumentam os preços, nós, os pobres, que não temos nada, que dependíamos das pedras preciosas, já que actualmente estão a proibir; então, torna-nos difícil de aceder esses transportes" (Masculino, Makua, 26 anos, Rural, Montepuez, 12ª classe, Comerciante).

O início do conflito armado traduziu-se num agravamento das condições de transporte. O aumento da violência representou o roubo e destruição de milhares de motorizadas, aumentando riscos de circulação e diminuindo o número de operadores. As consequências foram o aumento dos preços, condicionando o fluxo de pessoas e bens, isolando populações e paralisando actividades económicas (Feijó e Maquenzi, 2019: 3). Os relatos referem um aumento de postos de controlo policial e militar, onde elementos das Forças de Defesa e Segurança exigiam documentos de identificação e guias de marcha, traduzindo-se em fenómenos de extorsão e cobranças ilícitas, agravando os custos de circulação. Com os contratempos provocados nos postos de controlo militar (onde não faltam relatos de violência contra as populações), as viagens tornam-se mais morosas e inseguras:

- *"Os transportes não são equitativos, porque, às vezes, quando apanhamos transporte, vais ver que te mandam parar no controlo. Pedem documentos e tu entregas. 'Peço declaração', antigamente não solicitavam a declaração, pediam BI; mas agora querem declaração [do bairro]. Deixando isso, não solicitam somente aqueles papéis. Outras vezes, pagas dinheiro quando não tens dinheiro. Agora, esta forma de apanhar transporte não direi que é melhor. Não é melhor. Andamos com incerteza. Tu não podes sair daqui para Mueda com 300 meticais; tens de acrescentar pelo menos 50 meticais para poder pagar polícias pelo caminho (Masculino, Maconde, 35 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, Desempregado)";*

- *"A partir de carros e motas, agora, não circulam, não circulam bem. Muitos deixam nas suas casas, por causa desta situação. Quando te apanham com mota, te pegam e te cobram dinheiro. Os chefes gostam muito de dinheiro. Então, alguns deixam as suas viaturas dentro de casa, porque não têm dinheiro para poder pagar às autoridades. Encontras cerca de 10 controlos para uma única estrada" (Feminino, Maconde, 27 anos, Rural, Nangade, 5ª classe, Camponês);*

- *"Agora que a guerra entrou, até para alguém sair para passear, tens de ser corajoso; qualquer sítio onde estiveres a passar te arrancam dinheiro. Quando questionas, [as FDS] dizem não tens documentos. É o que temos a reclamar neste momento. (...) Alguns, quando mostras os documentos, voltam a te pedir dinheiro, uns 200 meticais, sabendo que lhe mostrou os documentos. Vivemos assim mesmo" (Masculino, Maconde, 30 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 10ª classe, Comerciante);*

- *"Mas agora, do jeito como nos fazem parar quando saís daqui de Mocímboa, cada aldeia que vocês encontram, devem parar (...) todos esses sítios só têm militares. Outros, saem, de repente, no meio da mata e mandam parar o carro e vocês ficam admirados. Estes são esses nossos irmãos ou nossos inimigos? Mandam parar e começam a pedir documentos. Outras vezes, vos mandam descer do carro e diz-nos para parar no chão, arrancam-vos os documentos e ficam com eles. Agora, o que eles perguntam depois? Pedem declaração. Algumas pessoas saem daqui a Palma, ida e volta, pedem declaração, te perguntam, porque andas sem declaração? Onde está a declaração? Respondia 'eu não tenho declaração, só tenho B.I.'. Então, eles diziam 'cortem palhas e varrem aqui'. Se não varrerem, eles vos mandam inclinar e recebiam chamboco. Depois de ficar ali, cerca de uma hora de tempo, vos mandavam entrar no carro. Lá, à frente, o trabalho era o mesmo até ao seu destino. No lugar onde tu chegavas 14h, agora chegas às 15h ou 16h" (Feminino, Maconde, 34 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 12ª classe, Mãe mentora)".*

3.6. Acesso a emprego e rendimentos

a) Oportunidades de emprego antes e depois dos ataques armados

Num cenário de grande investimento internacional e de anúncios públicos da criação de empregos e bem-estar, no Nordeste de Cabo Delgado assistiu-se a uma inflação de expectativas sociais. Tratando-se de um investimento em capital intensivo, os *bilhões* de dólares de investimento anunciado não se traduziram num crescimento proporcional do número de empregos, maioritariamente retidos fora do país ou nos grandes centros urbanos de Moçambique. Paralelamente, verificaram-se tentativas de formalização da exploração de recursos naturais, interrompendo circuitos informais de exploração de madeira, pedras preciosas e marfim. Esta situação afectou dezenas de milhares de jovens, num cenário em que a agricultura não constitui uma alternativa viável, deixando inúmeros indivíduos desocupados ou empurrando-os para actividades desviantes. No terreno, desenvolve-se um sentimento de ameaça do exterior e de desprotecção do Estado, sobretudo em relação à falta de emprego, apresentado com uma das principais fontes de descontentamento dos jovens da província.

Num cenário de *youth bulge*, a falta de emprego constituiu o problema mais enfatizado pelos jovens ao longo dos seus discursos. Os entrevistados destacam a inexistência de empregos formais e a desprotecção dos jovens locais em relação à concorrência do exterior. Em segundo lugar, enfatizam o carácter oportunista e arbitrário dos processos de recrutamento e selecção, assim como as desigualdades de alguns grupos etnolinguísticos locais.

A inexistência de empregos formais e as promessas de emprego não cumpridas constituem um aspecto que afecta profundamente os jovens locais, confirmando a falta de relação dos grandes projectos de investimento com o tecido económico local. Não obstante o aumento de investimento, as actividades informais da economia, de carácter incerta e mal pagas, persistem como as únicas alternativas para a juventude local:

- "Raras oportunidades. Praticamente, as oportunidades aqui são, se eu tiver que definir em termos percentuais, eu falaria de algo em torno de 5% facilidades de empregos. Isso faz com que a população acabe adoptando medidas pessoais de poder produzir. Por ser um distrito com minérios, tem uma maioria com base no garimpo e, outra parte da juventude, são taxistas. Essa é, infelizmente ou felizmente, a realidade do distrito. Mas isso por falta de emprego (Masculino, Makua, 29 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Técnico de medicina preventiva e saneamento)".

Um sentimento largamente presente nos discursos e que atravessa todos os grupos etnolinguísticos prende-se com a desprotecção dos locais em relação à concorrência de trabalhadores oriundos do estrangeiro ou do Sul do país, vulgo "*maputecos*". Admitindo-se a inexistência de qualificações locais, os relatos enfatizam a falta de investimento público na educação¹⁶ e a ausência de mecanismos de pressão para a constituição de políticas públicas para defesa dos locais. Segundo os relatos, os melhores postos de trabalho são preenchidos de fora da região, sobrando para os locais as oportunidades socialmente menos prestigiantes (vigilantes, serventes, limpeza), mal pagas e subordinadas ao poder dos primeiros. Estes fenómenos foram

¹⁶ Em apenas sete dos 17 distritos da província de Cabo Delgado existe um centro de formação técnico-profissional. Os dados dos Censos de 2017 mostram que, mesmo nos centros urbanos, a população com a 12ª classe concluída não ultrapassa 12%, sendo a percentagem claramente inferior nos meios rurais.

geradores de intensa conflitualidade, particularmente no distrito de Palma, em virtude das obras de instalação dos projectos de gás e de desigualdades nos sistemas de recompensa:

- "(...) Não. Conseguem, na sua maioria, jovens que vêm a partir da zona centro e sul. (...) São os que vêm trabalhar, sim, porque os empregos, quando chegam, primeiro, devem passar de Maputo. Depois deles assinarem lá é que enviam para cá. Então, quando lá assinam, encontras aqueles que se dividem lá mesmo e, quando chegam cá, deixam aqueles postos de guardas, de varrer, de lavar pratos, somente. Trabalho, de verdade, se dividem lá e, nós, só ficamos a assegurar a cauda, enquanto os donos estão a trabalhar (Masculino, Maconde, 21 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 12ª classe, Desempregado)".

- "(...) Vou-te dar exemplo. Nós, moçambicanos, não queríamos que o outro tivesse, estás a ver nem? Os empresários, quando chegassem no distrito a solicitar pessoas para trabalhar, eles não queriam, eles traziam de lá mesmo em Maputo; não sei de onde, para vir cá trabalhar. Não queriam pessoas locais, queriam vientes. Por isso que começaram a ter problemas, vientes e os locais, começavam a discutir. Nós nos perguntávamos, será que nós não temos forças, porque é que levam pessoas de Maputo, Niassa virem trabalhar aqui no distrito de Mocímboa da Praia? Aqui não há pessoas? Isso aconteceu, vou dar exemplo, aconteceu no distrito de Palma, lá no petróleo. Traziam pessoas de Maputo para Palma, pessoas de Palma, donos da terra, quando saíssem ir pedir emprego, eles não aceitavam. Queriam vientes. Dali começou a surgir problemas. É por isso que nós não conseguimos ter emprego, traziam de lá mesmo, em Maputo (Masculino, Makua, 37 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 6ª classe, Camponês)".

O sentimento de discriminação é extensível em termos de acesso aos melhores rendimentos. Os discursos enfatizam que os empregos melhor remunerados são ocupados pelos "vientes". Alegadamente, as diferenças salariais estão estruturadas nos benefícios extra que auferem os quadros deslocados (incluindo ao nível do alojamento e alimentação), nas diferentes qualificações, mas também no preconceito dos empregadores em relação às populações do Norte:

- "se um funcionário sai de Maputo vem para cá trabalhar eles diferenciam os salários. Porquê? Eles alegam que tiraram uma pessoa de uma província para outra. Mas, na minha opinião, não poderia ser assim. Porque se formos a ver, a maior parte das empresas, [a] esses funcionários vientes, eles dão alojamento, alimentação; tudo eles dão. Os nativos, não. Porque diferenciam os salários se os vientes têm essa facilidade de alojamento, de alimentação? porquê? É o que notamos muitas vezes. Os vientes têm salários mais elevados que os nativos" (Feminino, Makua, 24 anos, Urbano, Montepuez, Ensino técnico profissional, Estudante);

- "Porque eu acho que eles contam, como é viente, não tem casa, não tem lugar, eles pagam mais para ter acesso aluguer de casa, alimento, sustento, não sei o quê. Então, os vientes ficam a ganhar mais que os nativos. (...) Um exemplo, se Moçambique paga salário mínimo aos trabalhadores, então eles já sabem que este é da raça makua, não estudou, vamos supor é um simples, aqui chamam o quê..., vamos supor [na Montepuez Rubi Mining], chamam um macatana qualquer, que é um alfa¹⁷ que tem arma, não sei quê ... que deve trabalhar. O que eles fazem, como é um macatana de Cabo Delgado makua não vou pagar-lhe o salário mínimo. Posso pagar menos. Agora, este, que é de Maputo, mais

¹⁷ Guarda de segurança, a partir da empresa de segurança com o nome de Alpha Segurança.

civilizado, que tem mais conhecimento, eles pagam salário mínimo" (Feminino, Makua, 30 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Camponês).

Num cenário de intensa competição pelo acesso a recursos escassos, não faltam discursos de desigualdade de acesso ao emprego entre as próprias populações de Cabo Delgado. Na linha de constatações anteriores (Israel, 2006; Santos, 2010; Feijó, 2020), os discursos de estigmatização incidem, sobretudo, entre mwanis em Mocímboa da Praia. Em diversos relatos destaca-se um sentimento de injustiça em relação à maioria makonde:

- "Bem, eram makondes, makuas, deixando mwanis, porque o mwani tem o seu costume, ele não quer trabalhar e voltar sem ter um embrulho para levar a casa; eles não querem assim, sair sem embrulho. Por isso que eles não queriam trabalhar; queriam no mar para que no mesmo momento tenha dinheiro. Então, nós, makuas, makondes, acostumamos trabalhar de 1 a 30, depois daí termos dinheiro" (Masculino, Makua, 37 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 6ª classe, Camponês);

- "Eram makondes, havia controladores de partidos que, por vezes, impunham que, pelo menos, três deviam ser locais, mas não tanto. Nós, como a maioria, servíamos muito na hora de votação [no período eleitoral]" (Feminino, Mwani, 29 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 9ª classe, Desempregada).

Por fim, os discursos salientam que o recrutamento e selecção de pessoal constitui um processo predominantemente viciado, repleto de injustiças e de nepotismo, envolvendo o pagamento de quantias monetárias. De acordo com os relatos, longe de emergir um mercado de trabalho meritocrata, assente na valorização das competências dos indivíduos, consolida-se um sistema oportunista, em prejuízo de quem não tem capital para subornar os técnicos de selecção:

- "Não são divulgadas ao vivo, posso dizer, e nem ao público. Porque, eu acho que, para ter emprego ou para ter uma vaga numa instituição ou num dos projectos aqui, prefere-se dinheiro. Você tem que pagar uma vaga. Se você vai receber 5.000 meticais, você paga por 10.000 a 15.000 meticais por uma vaga para você trabalhar. Agora, para jovens, que não tem nada, por isso mesmo ficam sem nada, não conseguem ter acesso àquelas vagas e as vagas são limitadas. Se dizem do dia 20 a 25 temos vagas, até dia 21 você já não apanha vaga porque aqueles que têm dinheiro já pagaram as vagas. Você fica sem vaga nenhuma, porque não tem dinheiro" (Feminino, Makua, 30 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Camponesa);

- "Afixam papéis, como, por exemplo, lá no hospital, tinham colado papel [anúncio] para as pessoas concorrerem algumas vagas de emprego. Agora, aqueles anúncios costumam ser simples papéis. Eles se colocam entre eles, dizem, 'eu tenho meu sobrinho, coloque aí, eu tenho meu filho, coloque aí, eu tenho um tio, coloque o nome dele aí'. Até o dia da entrevista, tu encontras todos lá a trabalhar entre família. Se tu encontras alguém de fora, tens de saber que aquela pessoa pagou dinheiro. Sem pagar dinheiro aquela pessoa não apanha emprego" (Feminino, Makonde, 34 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 12ª classe, Mãe mentora).

As possibilidades de geração de rendimentos agravaram-se com o conflito armado, que afectou profundamente a actividade agrícola e de extracção de madeira, a pesca e o comércio entre a costa e o *hinterland*, assim como actividades de transporte, pequena hotelaria e restauração. A violência armada traduziu-se no abandono ou destruição dos meios de produção (lojas, oficinas, ferramentas, transportes, etc.), assim como no aumento da desconfiança, oportunismo e extorsão de bens pelos membros das forças de defesa e segurança:

- "(...) *mas, agora, os rendimentos baixaram por causa da guerra, não há nada melhor que se faz. Quando alguém vai à machamba, volta em debandada (...) por causa de medo*" (Feminino, Maconde, 28 anos, Rural, Nangade, 7ª classe, Desempregada);

- "(...) *mas, agora, os rendimentos estão a baixar porque temos medo. O medo é estar a fazer algo melhor e, no dia que estes jovens aparecerem, não haver nada bom. Aquelas coisas acabas perdendo. Então, as pessoas preferem ficar ociosas do que dar vantagem a outras pessoas com seu esforço. Porque estarás somente a oferecer outras pessoas. No dia que eles vierem, vão levar tuas coisas e tu estarás a perder*" (Masculino, Maconde, 21 anos, Urbano, Mocimboa da Praia, 12ª classe, Desempregado);

- "*O nível é baixo, por exemplo, aqui onde estamos, quero vender esse meu peixe carapau. Não há-de ver clientes. Todas pessoas ficam em casa com medo de sair. Porque, se sair de casa, pode encontrar bandido ou polícia. Porque, agora, você não pode rir; é perguntado o que você está a rir*" (Masculino, Makua, 27 anos, Urbano, Pemba, Licenciado, Técnico);

- "(...) *Hoje em dia, para conseguir 1.000 meticais, deves ser ladrão. O rendimento de vida actualmente não chega a metade comparando ao anterior [antes da guerra]. (...) Actualmente, se tens 5.000 meticais, és arrancado por suspeita de ser Al-shabaab. Pior na zona de Paquitequete*" (Masculino, Mwani, Urbano, Pemba);

- "(...) *Logo que iniciou a guerra, tudo acabou. Aquele jovem que era rico, hoje já caiu. Mesmo que termine a guerra, aquele que sobreviver não será jamais rico. Estará afogado. Mesmo agulha há-de vir pedir emprestado*" (Masculino, Mwani, 34 anos, Rural, Mocimboa da Praia, Analfabeto, Camponês).

3.7. As aspirações de consumo

Ao longo dos últimos anos e nos centros urbanos e vilas sede distritais foi-se assistindo à abertura de lojas de electrodomésticos (vendendo painéis solares, baterias, televisores, rádios ou motorizadas), frequentemente geridas por tanzanianos ou africanos de outras nacionalidades. Num cenário de pobreza generalizada, assistiu-se à emergência de uma sociedade de consumo, aumentando as expectativas de acesso a bens duráveis. Por outro lado, a entrada de novas operadoras telefónicas resultou no alargamento da cobertura da rede pelas zonas rurais, possibilitando a integração das populações nos mercados. Para além de traduzirem capacidade de consumo, os *smartphones* garantem o acesso às plataformas multimédias digitais, à informação e ao entretenimento, assegurando a ligação com o mundo global. Através das redes sociais, os *smartphones* permitem a recriação de perfis identitários integrados no mundo moderno e global, alargando a rede de contactos no sector moderno da sociedade e permitindo a distinção entre os pares (Archambault, 2010). O telefone permite a redução de assimetrias de informação no acesso ao mercado de trabalho (empregos e vagas existentes), a pequenos biscates e preços dos mercados, reduzindo as distâncias e facilitando a integração nos mercados. Por sua vez, pela mobilidade e independência que garantem, em termos de transporte de pessoas

e bens, assim como pela possibilidade de realização de negócios de transporte, os veículos motorizados constituem também bens apetecidos e indicadores de diferenciação social:

- *"Muitos jovens (o que acabou de falar) querem tudo isto, seja telemóvel, mota, porque actualmente estamos no século XXI, queremos coisas modernas e a coisa que está na moda é internet"* (Masculino, Makua, 23 anos, Urbano, Montepuez, Licenciando, Estudante);

- *"Todo jovem é ambicioso; então, primeira coisa, são esses bens que ficam na frente dos jovens. Todo mundo quer andar com um iPhone 11, queremos um bom telefone, queremos um computador da Apple ou da Mac, entre outras. Então, diria que este é um foco mais dos jovens, querem carro sem ter casa. Sempre prioridade aos bens materiais"* (Masculino, Makua, 26 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Estudante);

- *"No meu distrito, motorizadas em particular. É o sonho de consumo da maioria. Mas, para a juventude que tem um certo poder financeiro, já mesmo ambicionar telemóvel e carros. Mas, uma motorizada é sempre o sonho de consumo porque, nem por causa de acesso, mas por causa da rentabilidade e ainda podem aproveitar para fazer táxi. Então, tem certos sustentos através das motorizadas"* (Masculino, Makua, 29 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Técnico de medicina preventiva e saneamento);

- *"Gostam muito de telefones. (...) Sim, tenho visto. Muitos jovens têm estas coisas e gostam. Alguns vão ao mato fazer garimpo, conseguem dinheiro e compram telefone e motorizadas. Quando o dinheiro é muito, alguns conseguem comprar uma viatura"* (Feminino, Makonde, 22 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Desempregada);

- *"aqui no nosso distrito, o que nós, jovens, gostamos muito de utilizar, vou dizer que são muitas coisas; mas para coisas que nós brincamos com elas nas mãos, os mais apetecíveis eram telefones, motorizadas e carros para se locomover. Essas coisas, aqui em Mocímboa, utilizamos e estava-se a utilizar frequentemente. Utilizava-se e, até agora, está sendo utilizadas"* (Masculino, Maconde, 35 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 12ª classe, Desempregado).

Por outro lado, a detenção destes equipamentos levanta novos problemas, relacionados com a respectiva utilização, manutenção e conservação. As dificuldades relacionam-se com a má qualidade da rede de telefone, com os custos de carregamento de baterias e do combustível, com o mau estado das vias de acesso e custos de reparação de viaturas, ausência de peças e de mecânicos, e com riscos de danificação, roubo ou extorsão. Neste cenário, a durabilidade destes bens de consumo tende a ser limitada, multiplicando-se pequenos cemitérios de equipamentos telefónicos e de veículos motorizados:

- *"Os que andam de carro e motorizadas sentem pelo alto preço do combustível e os que utilizam telefones não têm onde carregar, porque não têm energia. Há problemas de rede aqui em Nangade e sabemos porquê"* (Feminino, Maconde, 30 anos, Rural, Nangade, 12ª classe, Desempregada);

- *"(...) também enfrentam maiores problemas em comprar combustível. Podes ver que o combustível, hoje, tem este preço e, amanhã, outro; hoje, arrebenta um pneu e compra a um preço, hoje, e, amanhã, outro. Se formos a olhar para o caso de telecomunicações, temos o problema da rede, a rede oscila bastante. Assim as coisas não correm bem"* (Masculino, Maconde, 28 anos, Rural, Nangade, 10ª classe, Alfabetizador);

- *"As dificuldades que eles enfrentam, às vezes, é não ter uma boa rede; as suas motas são apreendidas, ficam lá na polícia (...) cerca de uma semana, até que tirem milhares de meticais para pagar (Feminino, Makonde, 22 anos, Rural, Nangade, 6ª classe, Desempregada)".*

3.8. A estratégias de formação familiar

A detenção de bens de consumo socialmente valorizados, num cenário de crescente diferenciação social, exerce um impacto profundo nas relações sociais e na estruturação de redes de sociabilidade urbanas e nas próprias estratégias de reprodução familiar. Em realidades machistas e assentes na dominação patriarcal, que representa o homem como responsável por providenciar o bem-estar da esposa e da família, a selecção do parceiro conjugal torna-se particularmente influenciada por critérios materialistas, aumentando a pressão sobre os jovens adultos em situação de *whaithood*. A pressão para contrair matrimónio e constituir uma família independente coexiste com a incapacidade de obtenção de independência material, prolongando a residência em casa dos progenitores, com impacto sobre a dignidade e frustração dos mais jovens. Os seguintes trechos são ilustrativos:

- *"Vais casar filha de dono para dar o quê? Há muito tempo podias casar, ficar em casa dos teus pais e ser alimentado por eles. Hoje em dia vais casar filha de dono para dar o quê? nada! Ela quer comer, vestir, ter um telefone bonito, como as amigas. Isso é difícil" (Feminino, Mwani, Urbano, Pemba);*

- *"Não é fácil, porque para casar as mulheres actualmente tens que ter alguma coisa. Se não tens algo, elas dizem 'quem é aquele jovem? Se eu aceitar a ele o que vai-me dar?' (Masculino, Makua, Urbano, Pemba);*

- *"As mulheres actuais gostam de receber coisas. Não existe nenhuma mulher que quer ser casada e não ser dada alguma coisa. Se não tens emprego, se não tens casa, você não casa-se" (Masculino, Makua, 23 anos, Urbano, Pemba, 10º classe, Desempregado);*

- *"Porque não conseguimos dinheiro para comprar algo para comer quando amanhecer, uma mulher precisa vestir, uma mulher quer cheirar bem. Homem quer comer quando volta do serviço. Agora não trabalhas, não lavas a roupa, e para lavar a roupa é necessário dinheiro para comprar sabão, e não fazes nada que as pessoas possam ver, desta maneira, como é que vais casar?" (Masculino, Makua, Urbano, Pemba);*

- *"Não há maneira. Digo isso porque, aqui na cidade de Pemba, para viver, precisa de dinheiro como todas outras cidades; nós aqui, em Pemba, não estamos como em Balama, lá campo, onde podes casar uma mulher e tens machamba, tens arroz e sobrevives. Para nós, aqui, é complicado, você não casa-se" (Masculino, Makua, Urbano, Pemba);*

- *"acabam tendo maiores dificuldades aqueles jovens que não têm emprego, não têm nem uma moto, porque até telefone é o de menos; porque, se tiver uma moto, se calhar ele pode ser taxista de moto, acaba adquirindo alguma gorjeta; então, com isso, ele pode alimentar a sua parceira, assim como ele, e pode bancar uma casa; se ele não tem uma casa própria, pode chegar a arrendar uma casa e pagar com aquela gorjeta, aquele lucro que consegue. Então, se não tem isso, acaba sendo difícil. Porque o amor não sacia, não enche a barriga" (Feminino, Makua, 24 anos, Urbano, Montepuez, Ensino Técnico Profissional, Estudante);*

O cenário tende a mudar nos meios rurais. Menos inseridos nos mercados, mais integrados em lógicas comunitárias e em cenários de menor diferenciação social, a maior dependência da

agricultura e abandono precoce escolar tendem a gerar outras formas de relacionamento social. Ainda que não deixem de ser identificadas atitudes materialistas, comparativamente com as zonas periurbanas, os relatos dos jovens de zonas rurais traduzem relações sociais menos interesseiras. Importa, contudo, abandonar qualquer interpretação simplista assente na distinção linear entre sociedades modernas e tradicionais, que estruture as segundas em relações desprovidas de interesse, sobretudo em contextos de maior penetração de mercados de consumo, onde se opera uma maior diferenciação social. As sociedades rurais estão repletas de mestiçagens:

- "*quando alguém não tem casa e casa uma mulher, onde irá deixar? Porque uma coisa importante é ter uma casa e tu não tens e, quando arranjas uma mulher, vais colocar aonde? (...) como eu, no ano passado, vivia com meus pais e, quando eu arranjo dinheiro e dava ela para deveres de casa, sempre surgiam problemas com meus familiares; ela acabou-me abandonando [e] foi para casa dos pais dela. Este é o exemplo concreto*" (Masculino, Maconde, 30 anos, Rural, Muidumbe, Analfabeto, Camponês);

- "*aqui, basta entrar nos ritos de iniciação, basta. As pessoas aqui não têm interesse se a pessoa tem telemóvel, mota, bicicleta, emprego; casa-se aqui e vão a machamba os dois capinar*" (Feminino, Makua, 28 anos, Rural, Montepuez, 6ª classe, Camponês);

- "*Fica difícil casar, como, por exemplo, eu, sou jovem e, se não tiver essas coisas, as mulheres não vão gostar muito de mim; vão-me fugir porque não tenho essas coisas. Mesmo eu casar-se com uma mulher o que vou dar para comer se eu não tenho dinheiro; então é difícil casar-se. (...) até pode-me fugir*". (Masculino, Makua, 28 anos, Rural, Montepuez, 7ª classe, Comerciante)

Este cenário tem impacto sobre as lógicas de relacionamento interpessoal entre jovens adultos, estruturando-se um complexo jogo de aparências e de enganar, assente na mentira ou, até, em comportamentos desviantes:

- "*actualmente, o que existe é se enganar. Não existe casamento. 'Eu vou-te casar, vou comprar telemóvel para ti', fica à espera até, cheio de falsas promessas, nem carro e nem avião; afinal essa pessoa mente assim?*" (Feminino, Makua, Urbano, Pemba).

- "*Por isso, eu disse que entra a questão de ladroagem, porque não tem escolhas; como ter casa, para ter carro, é preciso ingressar na ladroagem; quer ter e não tem como. Por falta de emprego, como é que vai conseguir emprego? Mesmo tu andares [de] um lado para outro, não vai conseguir dinheiro; tens de ir numa casa roubar para conseguir dinheiro e, se não tiver sorte, és morto lá mesmo. Nós jovens estamos mal*" (Masculino, Makua, 37 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 6ª classe, Camponês).

4. OS MOTIVOS PARA "ENTRAR NO MATO"

Na sequência do aumento da violência no Nordeste de Cabo Delgado, à medida que as populações abandonavam as aldeias para se refugiarem nos centros urbanos mais protegidos, "entrar no mato" passou a constituir a expressão utilizada para designar a adesão aos grupos de insurgentes que operavam no Nordeste da província. Quando questionados acerca dos motivos que levam os jovens a optar por essa via, as respostas tenderam a estruturar-se em torno de quatro factores. Em primeiro lugar, a falta de emprego e situação de vulnerabilidade e de carência económica das populações. Em segundo lugar, e relacionada com o anterior, a descoberta de recursos naturais e instigação (inter) nacional. Em terceiro lugar, esse processo é associado à revolta contra o Estado e contra o oportunismo de funcionários públicos. Finalmente, são apontados aspectos psicológicos, relacionados com distúrbios mentais e agressividade.

A falta de emprego e as necessidades económicas dos mais jovens constituem o motivo mais apontado pelos entrevistados para justificar a opção pela violência. Os relatos traduzem um profundo sentimento de vulnerabilidade da parte dos jovens, em termos de falta de emprego e dificuldade de integração nos mercados de consumo. Num cenário em que a agricultura não constitui uma actividade rentável, a expulsão violenta de milhares de mineradores artesanais, actividade geradora de inúmeros empregos complementares (táxi-mota, confecção de alimentos, arrendamento local, comércio diverso, etc.), exerceu um impacto negativo sobre as microeconomias locais (Maquenzi e Feijó, 2019). O aumento da escolaridade de muitos jovens contrasta com as dificuldades de integração no mercado de trabalho, pelo que a precariedade económica e ausência de alternativas torna a juventude bastante vulnerável ao recrutamento por parte de grupos radicais e violentos, sobretudo perante promessas de pagamento de quantias monetárias (Forquilha, Pereira e Habibe, 2019):

- "nos anos 2015, 2016, 2017, nas minas de rubi, muitos jovens estavam ocupados em cavar, conseguir o seu próprio dinheiro; até a ladroagem, nós já não chorávamos tanto, porque os ladrões todos estavam lá (...) depois de todo massacre que aconteceu em Namanhumbir muitos deles desapareceram e nem soubemos paradeiro deles. Acho é devido de falta de emprego, dinheiro, condições que eles acabam se envolvendo com os insurgentes" (Feminino, Makua, 24 anos, Urbano, Montepuez, 12ª classe, Professora);

- "tínhamos um amigo chamado Áscote [nome de actor de cinema], ele já entrou no mato; mas, quando tu perguntas a ele, porque entrou no mato, diz, por causa de dinheiro; outros (...) foram, [não] por causa de religião, foram por causa de dinheiro" (Masculino, Maconde, 35 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 7ª classe, Desempregado);

- "este conflito que nós temos está cheio de jovens por causa de dinheiro, são chamados com dinheiro; como os jovens actuais querem dinheiro, por isso, que cada um corre para lá; por exemplo, no bairro em que eu estou. Começaram a construir mesquitas e cada um corria para lá e disseram que recebiam dinheiro; então, dissemos, hi hi já começou, são os mesmos" (Masculino, Makua, 37 anos, Urbano, Mocímboa da Praia, 6ª classe, Camponês)

- "eu ouvi na rádio [que] apanharam um jovem em Montepuez, outro de Nampula; todos estes foram atraídos pelo dinheiro" (Masculino, Maconde, 25 anos, Rural, Muidumbe, 12ª classe, Escultor);

- "alguns jovens que já terminaram o ensino secundário e não têm qualquer incentivo para poder continuar com os estudos ou para conseguir um emprego. Então, sente-se, em algum momento, excluído na sociedade e acha que também que o governo já não presta e não dá atenção aos jovens. As injustiças sociais podem vir a contribuir [para] a insurgência em Cabo Delgado. (...). Eles encontraram um terreno fértil nos jovens e incutiram neles este tipo de pensamento: que o governo não gosta de vocês, os funcionários são braço direito do governo; então, acaba de criar-se este tipo de situações" (Masculino, Maconde, Rural, Muidumbe)

Em segundo lugar, as causas do conflito aparecem fortemente relacionadas com a descoberta de recursos naturais, nomeadamente gás e pedras preciosas. Os comentários sugerem a existência de uma intriga internacional motivada pelo controlo dos mercados de gás, geradora de instigação e instabilidade política na província de Cabo Delgado:

- "O que vejo actualmente, o que cria sofrimento, é essa coisa de petróleo e gás porque, antigamente, não tínhamos essas coisas. Para eu dizer disso, via outros países em guerra por causas dessas coisas mesmo, essa guerra começava com descoberta desses recursos. Então, quando descobrimos essas coisas, a guerra também começou" (Masculino, Makua, 27 anos, Urbano, Pemba, Licenciado, Técnico);

- "Cabo Delgado não há desenvolvimento, é uma zona que tem muitos recursos, pedras preciosas, como rubi, petróleo, gás em Palma. Porque, ao longo do rio Rovuma, temos muitos recursos, em termos de gás; essas coisas, quando começarem a extrair, Moçambique não vai apanhado, terá muito desenvolvimento; então, a pessoa que tem inveja disso viu que era necessário fazer coisas de destruição, para não haver desenvolvimento aqui em Cabo Delgado" (Masculino, Makua, 27 anos, Urbano, Pemba, Licenciado, Técnico).

Em terceiro lugar, os motivos relacionam-se com um sentimento de revolta em relação ao Estado, essencialmente por dois motivos. Por um lado, em resultado da desprotecção perante a chegada de inúmeros "vientes", que absorvem as melhores oportunidades de trabalho, em prejuízo dos locais. Por outro lado, em resultado do oportunismo, abuso de autoridade e violência dos funcionários do Estado. A repressão a mineradores artesanais protagonizada por agentes da Unidade de Intervenção Rápida em Montepuez, assim como a atitude da polícia de trânsito ou municipal, na fiscalização de motoristas de moto-táxi ou de vendedores informais, confiscando bens e exigindo valores monetários, é entendida como um entrave à emancipação económica das populações.

Num cenário de recessão económica, provocada pela restrição de actividades de garimpo, de guerra e do Estado de emergência, a atitude de excesso de zelo das autoridades foi mal recebida pelas populações, desencadeando, inclusivamente, atitudes de agressividade contra agentes da autoridade. Ao longo do primeiro semestre de 2021 circularam diversos vídeos pelas redes sociais, nos quais jovens agrediam funcionários da polícia municipal ou da polícia de trânsito de Moçambique (Feijó e Maquenzi, 2021). Estes fenómenos são dinamizadores de sentimentos de Estado contra a população, desencadeando atitudes de população contra o Estado:

- *"O que leva os jovens a se tornarem bandidos são os chefes que não nos reconhecem como filhos deles"* (Masculino, Makua, Urbano, Pemba);

- *"Quando eles bebem, o que falam indica que estão revoltados por falta de consideração por parte do Estado. Muitos jovens têm certificados, mas só os do sul têm consideração"* (Feminino, Mwani, Urbano, Pemba);

- *"Eles ficam a se perguntarem se os recursos estão na nossa zona, porque é que nós não podemos ter esse direito de trabalhar naquelas empresas que estão ali instaladas; então, eles, por sua vez, talvez podem ter essa raiva, essa revolta; acabam se juntando e começam a criar esses todos conflitos em forma de manifestar, em forma de mostrar ao governo que eles estão revoltados com esse tipo de atitude, eu acho"* (Feminino, Maconde, 27 anos, Urbano, Montepuez, Licenciado, Estudante).

Finalmente, a violência é explicada por factores psicológicos, relacionados com a fragilidade emocional, tornando os jovens vulneráveis e facilmente influenciáveis:

- *"Os jovens entraram no mato; alguns jovens, por não pensarem bem, são atrapalhados. Vem seu amigo te engana, meu amigo vamos fazer isso, então, aquele sem ideias acaba aceitando entrar no mato e vai se atrapalhando. Porque um jovem com boas ideias, como eu, eu tenho que cultivar, tenho que procurar o que? algo, para que a minha vida corre bem, e não entrar no mato; as pessoas que correm para entrar no mato, são pessoas atrapalhadas, que não pensam bem"* (Masculino, Maconde, 30 anos, Rural, Nangade, 5ª classe, Camponês).

5. E APÓS A INTERVENÇÃO MILITAR? OS DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO POLÍTICO-ECONÓMICA DA JUVENTUDE E ESTABILIZAÇÃO SOCIAL

No Centro e Norte de Moçambique, em geral, e em Cabo Delgado, em específico, assiste-se à implementação de um modelo de desenvolvimento predominantemente extractivo e de capital intensivo, pouco gerador de emprego e com reduzidas relações com o tecido económico local. Longamente esquecido pelo investimento público, a população do Norte de Moçambique regista elevadas taxas de analfabetismo, sobretudo por comparação com a capital. Num cenário de aumento do investimento internacional, o sistema de educação não se adaptou às exigências no terreno, deixando os jovens locais (a maioria da população) incapazes de competir com o mercado global. A globalização intensificou desequilíbrios nos sistemas de formação e nos mercados de trabalho. A concorrência pelo acesso a recursos escassos foi geradora de sentimentos de desprotecção e ameaça, registando-se inúmeras situações de protesto, particularmente nas áreas de maior penetração do capital.

A falta de emprego e a frustração de elevadas expectativas iniciais foram agravadas por acções repressivas de actividades económicas clandestinas que garantiam rendimentos a milhares de jovens locais, num cenário em que agricultura não constitui uma alternativa rentável. Simultaneamente, intensifica-se a fiscalização sobre actividades informais (nomeadamente comércio urbano ou serviços de transporte), quer em resultado do conflito armado, quer das medidas de contenção do COVID 19, quer de iniciativas de ordenamento do espaço urbano. As graves violações de direitos humanos protagonizadas pelas forças da autoridade agravaram ressentimentos locais, sobretudo num cenário de ausência de espaços e de canais de participação, ou de dificuldades de acesso à justiça.

Paradoxalmente, a ausência de protecção social e agravamento de restrições económicas, num cenário de oportunismo e brutalidade das FDS, coexistiram com a intensificação de apelos governamentais ao patriotismo e de mensagens de paz e coesão social, veiculadas em igrejas e mesquitas. É neste contraste entre o discurso e a realidade que os jovens constroem as suas identidades e delinham as suas estratégias sociais.

Por outro lado, os fenómenos de pobreza generalizada coexistem com uma sociedade de consumo emergente, aumentando a diferenciação social. Nas vilas sede distritais e zonas periurbanas aumenta a oferta de bens e serviços. O acesso à internet proporcionado por *smartphones* permite a confrontação dos constrangimentos locais com as oportunidades do mundo global, aumentando as expectativas de integração na modernidade. Emerge uma sociedade mais materialista e dirigida para o imediato, colocando maior pressão sobre a juventude. Em áreas mais (peri)urbanas verifica-se um maior calculismo nas relações sociais, com impacto nas relações de género, aumentando a pressão dos jovens rapazes para atender às necessidades das suas esposas e garantir a reprodução social. Como salienta Honwana (2012: 27; 35), os problemas sociais vividos pela juventude não devem ser entendidos como resultados de uma patologia ou de uma "*transição falhada*" para a vida adulta, mas uma consequência de desfavoráveis condições socioeconómicas de existência.

O aumento do acesso à informação tende a ser gerador de perspectivas mais críticas e de culturas políticas mais agressivas e contestatárias, num cenário de limitação dos espaços formais de participação. Em meios mais radicais, a agressividade passa a ser entendida como a forma possível de participação social, alimentando o conflito militar.

Quatro anos após o início das hostilidades, a população afectada pela guerra apresenta-se fortemente descapitalizada. O conflito armado e o COVID 19 agravaram o sistema educativo, comprometendo a formação de toda uma geração de jovens, com impactos sobre a respectiva integração socioprofissional. A estabilização da segurança na região poderá desencadear, no médio prazo, o aumento do investimento, que implicará uma maior procura de quadros qualificados e a chegada de inúmeros trabalhadores oriundos do estrangeiro ou do Sul do país. Tornam-se expectáveis novos cenários de exclusão das populações locais e o aumento das desigualdades sociais (para níveis mais preocupantes que os anteriores ao conflito), assim como um aumento de sentimentos de desprotecção por parte do Estado.

Mantendo-se o cenário de graves tensões locais (sociais, étnicas e políticas), o reinício das operações da Total, só será possível à custa de um grande investimento na segurança militar, com danos colaterais sobre muitas populações. A persistência de centenas de milhares de jovens em situação social precária constituirá o maior obstáculo à estabilização social. Num contexto fortemente familiarizado com a violência, aumentam os riscos de conflito, sob a forma de greves laborais ou motins, formação de bandos de assaltantes (actuando nas estradas, em zonas residenciais e alvos económicos) ou grupos armados, quer nas zonas de maior concentração da indústria extractiva ou zonas suburbanas, quer em áreas mais remotas. Se a intervenção militar ruandesa proporcionou o aumento da segurança na região, a estabilização social e económica só será possível através de um profundo investimento em mais e melhores serviços públicos (particularmente ao nível da saúde, educação e formação profissional), mas também em pequenos apoios à criação de pequenos negócios (e eliminação dos obstáculos existentes), prestando particular atenção aos jovens e às mulheres, incluindo investimentos em infra-estruturas (energia, transporte, etc.). Trata-se, na verdade, da alteração do modelo de desenvolvimento (fortemente assente na indústria extractiva e em capital intensivo), investindo em modelos de trabalho intensivo, capazes de gerar mais oportunidades de emprego e de rendimento junto dos mais jovens¹⁸. A estabilização implica a existência de canais formais de participação e de acesso à justiça, conquistando a confiança das populações.

Importa referir que não foram constatadas diferenças interétnicas ao nível dos discursos, pelo que as dificuldades de integração socioeconómica são transversais a grande parte da juventude. Os discursos mais tensos foram manifestos por parte de jovens das grandes cidades, onde jovens, relativamente mais escolarizados e com mais expectativas sociais, constatam que essas qualificações, afinal, de nada lhes servem.

¹⁸ Modelos de trabalho intensivo referem-se a processos e sectores de actividade que exigem uma elevada quantidade de mão-de-obra para produção de bens e serviços. Neste sentido, sectores económicos, como a agricultura, a pesca, a restauração ou a mineração artesanal, constituem sectores económicos que absorvem uma grande quantidade de mão-de-obra, ainda que tendencialmente pouco qualificada e mal paga. As tendências demográficas moçambicanas demonstram que o país enfrentará, no curto e médio prazo, o desafio de integração de um crescente número de jovens trabalhadores no mercado de trabalho, sem que as respectivas qualificações tenham aumentado de forma relevante, garantindo a respectiva competitividade. Paralelamente, o crescimento da indústria extractiva tem exercido uma reduzida contribuição para a geração de emprego. Constatando a contradição entre elevados índices de investimento e de crescimento económico, por um lado, e uma lenta diminuição da pobreza, por outro, Jones e Tarp (2016) fazem a apologia de políticas públicas que apoiem pequenos produtores rurais, assim como investimentos com vista ao aumento da produtividade agrícola, diversificando a economia.

BIBLIOGRAFIA:

ANEME (2018), Levantamento e caracterização das empresas das empresas comerciais e industriais: Estudo Cabo delgado. Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas. Lisboa. Disponível em: <https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/09/Estudo CABO-DELGADO 2017.pdf>, acesso a 30.03.2021.

ARCHAMBAULT, Julie (2010) "À procura de rede": redes de redistribuição e modalidades de género na utilização do telefone móvel no sul de Moçambique" in Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava e António Francisco (2010) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 163-173.

BALANE, Neusa (forthcoming) "'Marandza': um estudo sobre a contribuição e gestão da identidade das namoradas de homens casados" in Aleia Rachide Agy (Org.) *Género, Cidadania e Desenvolvimento*. Maputo: Escolar Editora.

BRYCESON, Deborah (1999) "Sub-Saharan Africa Betwixt and Between: Rural Livelihood Practices and Policies" in *Afrika-Studiecentrum Working Paper*, 43, pp. 1-69

CEA (1998) *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: Imprensa Universitária

CÉSAR, Nilza, COSSA, Eugénia; BUQUE, Domingos; CHILAULE, Egídio; MABASSO, Quiteria (2014) "Investigando o impacto dos ritos de iniciação no acesso à educação e formação de crianças adolescentes: o caso da Alta Zambézia" in *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, série Ciências da Educação*, pp. 48-62.

CHAUMA, Sebastião e ALVES, Maria Isabel (2020) "Produções científicas acerca dos ritos de iniciação e suas influências no processo educacional em Moçambique" in *Revista Humanidades e Inovação*, 7 (7), pp. 129-139.

DADA, Yasser (2018) "Estradas rurais" in *Destaque Rural*, 36, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Destaque-Rural-36-Estradas-Rurais.pdf>, acesso a 15.10.2021.

DHILLON, Navtej e YOUSEF, Tarique (2009) *Inclusion: meeting the 100 million youth challenge*. Washington e Dubai. Brookings.

DIAS, Hildizina (2002) *Minidicionário de Moçambicanismos*. Maputo: Edição da autora.

FARRÉ, Albert (2016) "A mobilidade, os recursos e o político no meio rural – questões em torno do conceito de comunidade rural em Moçambique" in João Feijó (Org) *Movimentos Migratórios e relações rural-urbanas: estudos de caso em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, pp. 69-90.

FEIJÓ, João (2017) "Investimentos económicos, assimetrias socio-espaciais e movimentos migratórios" in João Feijó e Inês Macamo Raimundo (Org) *Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projectos*. Maputo: Publiflix, pp. 17-61.

FEIJÓ, João (2020) "Assimetrias no acesso ao Estado: um terreno fértil de penetração do Jihadismo Islâmico?" in *Observador Rural*, 93, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-93-Assimetrias-no-acesso-ao-Estado.pdf>, acesso a 15.10.2021.

FEIJÓ, João (2021) "Caracterização e Organização social dos machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas" in *Observador Rural*, nº 109, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-109/>, acesso a 02.09.2021.

FEIJÓ, João e MAQUENZI, Jerry (2019) "Consequências socio-económicas dos ataques no Norte de Cabo Delgado" in *Destaque Rural*, 65, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DR-65-III.pdf>, acesso a 02.09.2021.

FEIJÓ, João e MAQUENZI, Jerry (2021) "Gerir um problema institucional, para prevenir um problema social: reflexão sobre a violência de populares contra agentes da polícia" in *IDeIAS*, 144, pp. 1-2, disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/07/ideias-144_JF_JM-port.pdf, acesso a 14.09.2021.

FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João; e HABIBE, Saíde (2019) "Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique – o caso de Mocímboa da Praia" in *Cadernos IESE*, 17, disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/cadernos_17.pdf, consultado a 15.10.2021.

GDM, (2019). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Montepuez: Secretaria Distrital.

____ (2020). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Montepuez: Secretaria Distrital.

GDP (2019). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Pemba-Cidade: Secretaria Distrital.

____ (2020). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Pemba-Cidade: Secretaria Distrital.

GDMP (2019). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Mocímboa da Praia: Secretaria Distrital.

GDM (2019). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Metuge: Secretaria Distrital.

GDN (2019). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Nangade: Secretaria Distrital.

GDN (2019). Relatório anual do Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito (PESOD), Governo do Distrito de Namuno: Secretaria Distrital.

HONWANA, Alcinda (2013) *O tempo da juventude – emprego, política e mudanças sociais em África*. Maputo: Kapicua.

IBRAIMO, Momade e FEIJÓ, João (2018) "Serviço de transporte: um problema não só urbano em Moçambique" in *Destaque Rural*, 37, disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DR-Transporte-rural-37.pdf>, consultado a 15.10.2021.

ISRAEL, Paolo (2006) "Kummwanglela Guebuza - The Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of Makonde People to Frelimo" in *Lusotopie*, 13 (2), pp. 103-125)

ISRAEL, Paolo (2014) *In Step with Times – Mapiko masquerades of Mozambique*. Ohio: Ohio University Press.

JONES, Sam e TARP, Finn (2016) *Understanding Mozambique's growth experience through an employment lens*. UNU-WIDER, disponível em <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/WP2015109-Jones-and-Tarp.pdf>, consultado a 20.10.2021.

KELLAGHAN, Thomas; GREANEY, Vincent; MURRAY, Scott (2009) *O uso dos resultados da avaliação do desempenho educacional*. Rio de Janeiro: Banco Mundial, disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/2667/501710PUB00POR00Box0361492B0PUBLIC0.pdf?sequence=5&isAllowed=y>, acesso a 01.09.2021.

MJD (2015) *Política da Juventude*. Maputo: Ministério da Juventude e Desporto. Disponível em: <https://www.seje.gov.mz/wp-content/uploads/2020/08/Brochura-da-Politica-da-Juventude.pdf>, acesso a 19.10.2021.

MACATANE, Isabel Senda (2013) *Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e práticas mais frequentes em algumas escolas primárias públicas moçambicanas*, Dissertação de Mestrado em Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, disponível em <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-isabel-senda-macatane.pdf>, acesso a 01.09.2021.

MAQUENZI, Jerry e FEIJÓ, João (2019) "A maldição dos recursos naturais – mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir" in João Feijó (Org.) *Tensões e conflitos sociais no campo*. Maputo: Escolar Editora, pp. 143-168.

MATIAS, Achegar (2020) *Impacto do conflito armado sobre o sector da educação: caso da zona Norte e Centro de Cabo Delgado (2015-2020)*. Projecto Aplicado apresentado ao Instituto Superior Monitor para obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Trabalho e das Organizações. Maputo: Instituto Superior Monitor.

MOSSE, Marcelo e CORTEZ, Edson (2006) *A corrupção no sector da saúde em Moçambique*, documento de discussão nº 4. Maputo: Centro de Integridade Pública.

NIELSEN, Morten (2011) "Futures within: Reversible time and house-building in Maputo, Mozambique" in *Anthropological Theory*, 11(4), pp. 397-423.

OSÓRIO, Conceição e MACUACUA, Ernesto (2013) *Os ritos de iniciação no contexto actual – ajustamentos, rupturas e confrontos, construindo identidades de género*. Maputo: WLSA, disponível em <https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Ritos2013.pdf>, acesso a 20.10.2021

PAIS, José Machado (1990) "A construção sociológica da juventude – alguns contributos" in *Análise Social*, 25, pp. 139-165.

SANTOS, Ana Margarida (2010) *History, memory and violence: changing patterns of group relationship in Mocímboa da Praia, Mozambique*, Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy in Social Anthropology. Oxford: University of Oxford.

SINGERMAN, Diane (2007) "The Economic Imperatives of Marriage: Emerging Practices and Identities among Youth in the Middle East" in *The Middle East Youth Initiative, working paper*, n. 6. Wolfensohn Center for Development e Dubai School of Government.

SITOE, Tirso (2018) "Para além de uma escolha: Da música de crítica e protesto social às identidades político-partidárias em Moçambique" in *Cadernos de Estudos Africanos*, 35, pp. 135-148.

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
120	Caminhos para a segurança alimentar em moçambique: Uma abordagem de sistemas de produção	Máriam Abbas	Janeiro de 2022
119	A configuração da estrutura económica de Manica e Sofala e processos de resistência à colonização	Janete Cravino	Julho de 2021
118	Caracterização socioeconómica da zona centro de Moçambique. Enfoque no corredor da Beira	João Mosca	Julho de 2021
117	Cobertura Florestal em Moçambique	Mélica Chandamela	Julho de 2021
116	Processos administrativos e práticas na titulação da terra em Moçambique: O caso dos municípios de Maputo e Matola	Nelson Capaina	Junho de 2021
115	Mudanças nos padrões tradicionais de exploração da terra e do trabalho: O caso da açucareira de Xinavane	Joana Manuel Matusse Joaquim, João Mosca, Ana Sampaio	Junho de 2021
114	O papel das mulheres no conflito em Cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência	João Feijó	Maio de 2021
113	Pobreza e desigualdades em Moçambique: um estudo de caso em seis distritos	Jerry Maquenzi	Maio de 2021
112	Os determinantes do desmatamento em moçambique: uma abordagem econométrica para o período de 2000-2016	Ibraimo Hassane Mussagy, João Mosca, Mélica Chandamela e Natasha Ribeiro	Maio de 2021
111	Des(continuidades) políticas e económicas de longa duração do sector familiar (camponeses) em moçambique	João Mosca	Abril de 2021
110	Política Monetária do Banco de Moçambique: Qual É O Gato Escondido?	João Mosca	Abril de 2021
109	Caracterização e organização social dos machababos a Partir de discursos de Mulheres raptadas	João Feijó	Abril de 2021
108	Moçambique e a Importação do Carapau: Um desafio sem Alternativas (!)	Nelson Capaina	Março de 2021
107	Por Uma política Monetária Ajustada à Economia Real em Contexto de Crise: Humanidade e Sabedoria	Fáusio Mussá, Roberto Tibana, Inocência Mussipe Coordenador: João Mosca	Março de 2021
106	Comércio Externo e crescimento económico em Moçambique	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Yulla Marques	Março de 2021
105	Macroeconomia das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Fevereiro de 2021
104	Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrário em Moçambique	João Carrilho e Rui Ribeiro	Fevereiro de 2021
103	Evolução de preços e bens alimentares em 2020	Yulla Marques e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2021
102	Contributo para o planeamento e Desenvolvimento de Cabo Delgado	João Mosca e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
101	Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito	João Feijó, António Souto e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
100	Caracterização do sector das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Janeiro de 2021
99	Dificuldades de Realização de Pesquisa em Moçambique	João Feijó	Setembro de 2020
98	Análise de conjuntura económica 2º trimestre de 2020	João Mosca	Setembro de 2020
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2020
96	Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique	Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca	Julho de 2020
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
94	Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
92	Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula	João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy	Junho de 2020
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Maio de 2020
90	Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda	Mélica Chandamela	Abril de 2020

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique na província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Março de 2020
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
86	“senhor, passar para onde?” Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2020
84	Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique	Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra, e Natacha Ribeiro	Janeiro de 2020
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA: From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2019
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrários; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique	João Mosca e Yara Nova	Outubro de 2019
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado	Jerry Maquenzi e João Feijó	Julho de 2019
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019
74	Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial	Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá	Maió de 2019
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.	Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane	Março de 2019
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do Hinterland	Thomas Selemane	Janeiro de 2019
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
68	Médios produtores comerciais no corredor da beira: dimensão do fenómeno e caracterização	João Feijó Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2018
67	Pólos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de nacala-porto	Yasser Arafat Dadá e Yara Nova	Outubro de 2018
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)	Cerina Mussá e Yasser Dadá	Julho de 2018
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias	Máriam Abbas	Maió de 2018
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017	Yara Nova	Março de 2018
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Novembro de 2017
57	Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia	Nelson Capaina	Outubro de 2017

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Maió de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Maió de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luis Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Maió de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro de 2014

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL			
Nº	Título	Autor(es)	Ano
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Maió de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Finger mann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry Exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Setembro de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin, Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaantilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Maió de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

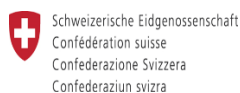


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org